LIDERANÇA, REPRESENTATIVIDADE E O FUTURO DA GESTÃO PÚBLICA

Por *Lídia Santos do Nascimento*[1]

O mês de julho nos convida a uma reflexão fundamental com o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial (3/7). No serviço público, essa data vai muito além da celebração da igualdade formal: ela nos convoca a pensar sobre como a Ética Pública se materializa no desenho das nossas instituições e no topo das nossas tomadas de decisão.

Uma Administração Pública verdadeiramente ética e íntegra não pode se limitar a não discriminar; ela deve, ativamente, ser o espelho da sociedade que buscamos construir. Sob essa ótica, a promoção de ambientes institucionais inclusivos ganha contornos de eficiência e justiça quando olhamos para a presença de servidoras e servidores negros, indígenas, quilombolas, ciganos e de demais povos e comunidades tradicionais em cargos de liderança e assessoramento.

Não se trata de um olhar assistencialista, mas de um imperativo de excelência. O Estado brasileiro conta com profissionais dessas populações que são altamente qualificados e preparados para o serviço público. Garantir que esses quadros plurais ocupem espaços estratégicos de comando significa reconhecer sua competência e permitir que o topo da gestão pública se beneficie de suas capacidades técnicas e intelectuais.

A diversidade de repertório e de vivências na liderança é um ativo indispensável para o ciclo de políticas públicas. Planejar, implementar e avaliar ações estatais a partir de múltiplos pontos de vista e trajetórias permite que o Estado enxergue nuances que a homogeneidade costuma blindar. O resultado prático? Políticas públicas muito mais assertivas, que dialogam com a real complexidade da população e que atuam de forma cirúrgica na redução das desigualdades sociais históricas do país.

Como bem lembrado pelo Ministro Edson Fachin no XXVI Seminário de Ética na Gestão, a era digital e a modernização do Estado exigem uma inclusão genuína, sob pena de criarmos novas barreiras. A ética na gestão pública nos lembra que o poder do Estado deve ser exercido por uma estrutura tão diversa quanto o povo a quem ela serve.

Combater a discriminação no ambiente institucional é, portanto, um compromisso com o mérito, com a eficiência e com o futuro da democracia. Que este julho seja o marco para consolidarmos lideranças estratégicas que reflitam a riqueza da nossa pluralidade e a excelência da nossa governança.

---

[1] Servidora da SECE/MGI).

Quer colaborar com o boletim? Confira as propostas de pautas e escreva um texto para próxima edição!

CLIQUE AQUI